

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

ALIANÇAS E LITÍGIOS ENTRE A GRAMÁTICA E A LINGUÍSTICA: PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSENSO SOBRE A LÍNGUA NACIONAL

Vitória Eugênia Oliveira Pereira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14638>

Submetido em: 2025-12-18

Postado em: 2026-01-21 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**ALIANÇAS E LITÍGIOS ENTRE A GRAMÁTICA E A LINGUÍSTICA:
PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSENSO SOBRE A LÍNGUA
NACIONAL**

**ALLIANCES AND CONFLICTS BETWEEN GRAMMAR AND LINGUISTICS:
THE PRODUCTION AND MAINTENANCE OF CONSENSUS ON THE
NATIONAL LANGUAGE**

Tipo de Contribuição

Ensaio teórico

Vitória Eugênia Oliveira Pereira

Doutoranda em Linguística (IEL/Unicamp)

<https://orcid.org/0000-0002-8677-6699>

RESUMO: Este ensaio discute o jogo de relações entre a Gramática e a Linguística na produção e na manutenção do consenso sobre a língua nacional do Estado brasileiro. Nossa discussão se concentra na reorganização da produção de conhecimentos linguísticos operada pela instalação da Linguística nas universidades ao longo do século XX. Para isso, apresentamos a coluna de jornal *Na ponta da língua*, idealizada por Evanildo Bechara e publicada semanalmente no jornal *O mundo português* entre 1990 e 2001. Trabalhando a emergência, nos artigos de Bechara, de uma terceira posição entre a Linguística e a chamada “gramática tradicional”, duas hipóteses são formuladas: a de que posição do gramático é uma posição de Estado; e a de que é no final do século XX que o paradigma descritivo se consolida definitivamente nos cursos de Letras. A partir daí, o paradigma normativo, tomado como incompatível com o paradigma científico, passaria a ser apresentado como um completo exterior à ciência. Buscamos mostrar, então, como a dicotomia descrição X prescrição, responsável por garantir o estatuto de cientificidade da Linguística moderna, impede-a, paradoxalmente, de contribuir cientificamente para a elaboração de uma norma padrão brasileira.

Palavras-chave: Gramática. Linguística. Língua nacional. Norma padrão brasileira.

ABSTRACT: This essay examines the interplay between Grammar and Linguistics in the production and maintenance of consensus regarding the national language of the Brazilian state. Our discussion focuses on the reorganization of linguistic knowledge production brought about by the establishment of Linguistics as an academic discipline in universities throughout the 20th century. To this end, we analyze the newspaper column *Na ponta da língua* (On the Tip of the Tongue), conceived by Evanildo Bechara and published weekly in the newspaper *O mundo português* between 1990 and 2001. By examining the emergence of a third position in Bechara’s articles—one situated between Linguistics and so-called “traditional grammar”—two hypotheses are proposed: first, that the grammarian occupies a position aligned with the State; and second, that it was by the end of the 20th century that the descriptive paradigm became

firmly established in Letters (Language and Literature) programs. From this point forward, the normative paradigm, considered incompatible with the scientific paradigm, began to be portrayed as entirely external to science. We seek to demonstrate how the description-versus-prescription dichotomy, responsible for securing the scientific status of modern Linguistics, paradoxically prevents it from making a scientific contribution to the development of a Brazilian standard norm.

Keywords: Grammar. Linguistics. National language. Brazilian standard norm.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS: Este ensaio discute a tensa relação entre a Gramática (que tradicionalmente dita regras) e a Linguística (que estuda como a língua funciona). Ao analisar colunas de jornal escritas por especialistas no final do século XX, mostramos que, ao longo desse século, a Linguística firmou-se na universidade como ciência, enquanto a atividade de prescrever regras perdeu espaço acadêmico. Essa oposição entre Linguística ("descrever") e Gramática ("prescrever") cria, assim, um impasse que impede que o conhecimento científico sobre a nossa língua ajude a construir uma norma padrão que reflita melhor o português falado no Brasil. A norma culta, em sua busca por unidade, tende a valorizar as formas de falar das elites, mantendo antigas desigualdades sociais, mesmo quando contemporaneamente tem sido discutida por linguistas (isto é, a partir de paradigmas não prescritivos). Compreendemos, assim, que a produção de uma norma culta brasileira exige a discussão também de um projeto de nação que considere a relação entre língua, escrita e Estado.

1. Introdução

À pergunta posta pela Independência (1822) e agitada pela Proclamação da República (1889) – *afinal, falamos brasileiro ou português?* –, o século XX responde deixando as dúvidas no passado: falamos português. Para fundamentar essa posição, os gramáticos, então tradicionais autoridades nas questões do idioma, recorrem à jovem Linguística e a seu estatuto de cientificidade: *a língua varia, mas a escrita garante a sua unidade*. A aliança entre gramáticos e linguistas sustenta a constituição do português como língua nacional do Estado brasileiro, mas o recurso à Linguística cobra aos gramáticos o seu preço. Uma vez reconhecendo que a língua é objeto de uma ciência, os gramáticos perdem o seu lugar de especialistas. A fundação das faculdades de Letras a partir da década de 1930 e a instalação da pós-graduação a partir da década de 1960 consolidam a ciência como paradigma dos estudos da linguagem. Com autoridade para organizar a produção de conhecimentos, a Linguística transforma aliança em litígio: vocês, gramáticos, *prescrevem* como a língua deve ser; nós, linguistas, *descrevemos* como a língua funciona.

É a partir do par dicotômico *descrição X prescrição* que a Linguística moderna

afirma seu estatuto de cientificidade em oposição à gramática normativa. Com a inscrição da Linguística nos cursos de Letras, a produção de conhecimento normativo passa a ser negada nos espaços das universidades, porque incompatível com o paradigma científico. Esse jogo de relações entre a Gramática e Linguística coloca-nos diante de uma contradição: como pensar uma atual norma padrão brasileira se a produção de conhecimentos sobre a língua é interdita pela pesquisa em Linguística? Renomadas gramáticas contemporâneas escritas por linguistas brasileiros enfrentam essa contradição entre a função normativa do gramático e a natureza descritiva da Linguística, contornando-a, muitas vezes, pelo argumento da adequação dos usos da língua a diferentes contextos. Essa solução, embora tenha dado aos linguistas a possibilidade de escrever “gramáticas descritivas”, mantém intocada as relações que implicam língua, escrita e dinâmicas de desigualdade social. Por que, em “contextos de uso” que determinam relações sociais de poder, as formas da língua consideradas adequadas são sempre mais próximas de como falam os ricos do que como falam os pobres?

Neste ensaio, interessa-nos discutir como, nesse complexo jogo entre a Gramática e a Linguística, o argumento da ciência é responsável por instaurar e ao mesmo tempo dissolver os conflitos que produzem o consenso sobre a língua nacional, bloqueando, hoje, a possibilidade de normatização de um falar e de um escrever próprios do Brasil. Na primeira parte deste trabalho, recuperaremos a espessura histórica do processo de constituição do português como língua nacional, discutindo como a instalação da Linguística nas universidades ao longo do século XX reorganiza a produção de conhecimentos linguísticos.

Na segunda parte, tomando a mídia como tribuna ocupada pelos gramáticos¹ depois de que a produção de conhecimento normativo perde espaço nas universidades, trabalharemos com a coletânea **Na ponta da língua**², série de livros que reúne textos de jornal “sobre questões do Idioma e da Gramática” publicados no semanário **O Mundo Português**, vinculado ao Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

¹ Neste ensaio, discutimos, especificamente, o processo histórico que constitui a mídia como tribuna que acolhe os gramáticos após a fundação das universidades no Brasil e sua consequente interdição a esses espaços de pesquisa. Fica para outra ocasião a ida dos linguistas à mídia para reivindicarem-se cientistas da linguagem, queixosos de uma invisibilidade quanto a sua especialidade técnica.

² A apresentação e o acesso à coletânea **Na ponta da língua** – bem como o estímulo para a compreensão da mídia como lugar para o qual se deslocam os gramáticos depois da consolidação da Linguística como paradigma científico – foram feitos pelo prof. Emílio Pagotto a partir da disciplina “Linguística Histórica” por ele ministrada no Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Idealizada por Evanildo Bechara, a coluna foi publicada semanalmente de 1990 a 2001 e também contou com a assinatura de grandes nomes dos estudos da língua, como Silvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Antonio Houaiss, entre outros. Discutiremos a emergência, nos textos de Bechara, de uma terceira posição, que denuncia a insuficiência do par opositivo *descrição X prescrição* (ciência X gramática). Bechara sustenta uma posição de gramático que alia conhecimento descritivo a uma postura prescritiva, posicionando os gramáticos ao lado dos cientistas. Duas hipóteses de trabalho são neste ensaio elaboradas: a de que é no final do século XX que o paradigma científico se consolida definitivamente nos cursos de Letras e a de que a posição do gramático é uma posição de Estado, realizada, na formação social brasileira, pela defesa da unidade da língua portuguesa em relação a Portugal. A partir dessa hipótese, a posição de gramático pode ser definida não fundamentalmente pelo par dicotômico descrição x prescrição, mas pelo comprometimento com a unidade linguística, diferenciando-se de uma posição de linguista (cientista) não comprometida com nenhum conteúdo apriorístico.

Por fim, na terceira e última parte, as duas hipóteses de trabalho se encontram em uma sucinta análise histórica sobre reconhecidos gramáticos brasileiros. A geração de Bechara, nascida em torno de 1920 – concomitante à fundação da universidade no Brasil –, é a primeira e única geração de gramáticos que nasce depois da fixação da norma padrão no final do século XIX e chega às universidades antes da implementação da Linguística, em 1960. A partir do caso de Maria Helena de Moura Neves e de Ataliba Teixeira de Castilho, nascidos na década de 1930, mostraremos como poucos anos foram suficientes para determinar a produção desses autores, submetendo-as ao paradigma da Linguística. As gramáticas produzidas desde então – conhecidas como “gramáticas contemporâneas” ou “gramáticas de linguistas” – reagem, de alguma forma, à dicotomia descrição X prescrição instaurada pela ciência linguística.

Assim, mesmo que venha respondendo à demanda pela construção de uma atual norma padrão brasileira, a Linguística não tem conseguido questionar o estreito vínculo entre língua, escrita e nacionalidade, que, na formação social brasileira, materializa as relações de exploração instauradas pelo projeto escravocrata de colonização.

2. Alianças e litígios: o consenso sobre a língua nacional

O século XX produz um consenso sobre a língua no Brasil: o português é a língua

nacional do Estado Brasileiro – e há uma forma correta de falar e de escrever esse português, a norma culta³, registrada pelas gramáticas brasileiras. A eficácia desse consenso manifesta-se em um desconhecimento geral da espessura histórica que constitui nosso imaginário de país monolíngue, como se falar português hoje fosse uma consequência “natural” da presença de portugueses em território brasileiro (Faraco, 2019): num dia os portugueses se instalaram, no outro, fala-se português. Desconhece-se ao menos 300 anos de multilinguismo dominado pelo uso de línguas gerais de base oral⁴, e ao menos mais 150 anos para fixar a colagem entre a ideia de língua nacional e a norma culta. Isto é, uma colagem entre o fato de que uma maioria fala português e que esse português é o português das gramáticas que hoje circulam (Pagotto, 1998; 2007; 2011; 2013).

Até o século XIX, no entanto, as questões da língua no Brasil eram gerência da aparelhagem política da colonização:

Não havia dúvidas quanto ao padrão linguístico que deveria ser considerado modelar. Afinal, o Brasil era uma extensão territorial transatlântica de Portugal e, nessa qualidade, estavam seus habitantes em tudo sujeitos à decisão da metrópole, inclusive às decisões atinentes à língua. (Bagno, 2012, p. 164)

A partir da Independência (1822), coloca-se a questão da “língua brasileira”. A autonomia político-jurídica do Estado brasileiro abre um espaço polêmico (Pagotto, 2001) para a discussão da língua majoritariamente falada em território brasileiro: “já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”, afirma Antonio Joaquim Macedo Soares em 1888 em seu **Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa** (Guimarães, 1996). Ou seja, com a Independência, abre-se espaço para codificação de uma norma padrão brasileira, isto é, um padrão de norma que considere os usos orais e escritos do português falado no Brasil. Contraditoriamente, o processo inaugurado pela Independência chega ao fim, no final do século XIX, com a codificação de um padrão de normas bastante próximo do português europeu. É esse padrão ainda hoje reconhecido como norma culta no Brasil.

Pagotto (2001) organiza esse processo em dois momentos, um de fixação da

³ Faraco (2008) põe em questão o adjetivo ‘culto’ na designação norma culta; neste trabalho, sem desconsiderar a importância de refletir sobre essa adjetivação, tomaremos norma culta como sinônimo de norma padrão, assumindo que essa sinonímia circula como evidência entre usuários da língua.

⁴ A eficácia do consenso sobre a língua nacional, que, em nossa história, funciona sob o imaginário de monolingüismo, impede, ainda, que se reconheça o multilingüismo como uma realidade contemporânea de nosso país.

norma culta, durante a primeira metade do século XIX, e outro de manutenção, que se estende até o presente. O período de fixação da atual norma culta passa, primeiro, de um embate que busca definir o conceito de língua portuguesa – “o que não está nela, é um sem nome, uma não língua” (Pagotto, 2001, p. 44) – para o embate língua portuguesa X língua brasileira. Essa passagem coincide, de certa maneira, com a passagem do Império para a República. O projeto político da Independência demanda a constituição de uma identidade nacional marcada pela ruptura com a continuidade europeia⁵ (Pagotto, 2011).

A forma política do Império, no entanto, não conseguiu acomodar as transformações sociais em curso. Desde a vinda da Família Real para o Brasil, em 1807, desenvolvia-se a instalação de um aparelho público, organizado, sobretudo, pela fundação de faculdades⁶ e de um organismo de imprensa (Fiorin, 2006). Até então, a educação era competência de ordens religiosas e inexistiam cursos de vocação superior. O diploma de nível superior era restrito à parcela das elites capaz de acessar universidades europeias. Embora permaneçam restritas às classes dominantes, a fundação de faculdades no Brasil amplia entre as elites o número de pessoas letradas. O jogo entre concentração de terras e concentração de poder político, base da colonização mantida pelo Império, é assim desestruturado: “A partir da modernização do país, uma geração de despossuídos com formação intelectual, mas sem o lastro da grande propriedade se sente alijada das relações de poder e reclama reformas” (Pagotto, 2011, p. 29).

Ganha força, então, a articulação política que vai dar na Proclamação da República (1889). Garantida a autonomia jurídico-política do Estado brasileiro, a vinculação a Portugal retorna como argumento da modernização republicana:

Refundar a nacionalidade implica investir contra o ideal de nação calcado na especificidade da nacionalidade brasileira reclamada pelos ideólogos do império, que aparece manifesta na associação entre o branco europeu e o índio. Noutras palavras, tratava-se de abandonar o ideário indianista de nação, buscando aproximar o Brasil do mundo europeu. (Pagotto, 2011, p. 29)

A Proclamação da República põe em cena, assim, o embate língua brasileira X língua portuguesa, cuja solução é promovida pelo discurso da unidade linguística. Em Portugal, a norma culta passava a incorporar mudanças características do português europeu moderno em relação aos padrões do português clássico; esse processo também

⁵ A figura do “índio” é forjada, aí, pelo romantismo brasileiro, como elemento idealizado de nacionalidade.

⁶ São fundadas as faculdades de Medicina, de Direito e de Engenharia, tripé necessário à situação de guerra contra a França que traz a Côrte portuguesa para o Brasil. Adiante, essa informação será retomada.

esteve inscrito num contexto de ampliação da cultura letrada (Pagotto, 1998). Com uma maior parcela da população alfabetizada e uma maior circulação de textos impressos, a literatura, antes restrita à nobreza, populariza-se, levando os escritores a aproximarem os textos escritos ao português falado pelo novo público consumidor. Dessa forma, em Portugal, a norma padrão do português moderno aproxima o português escrito do português falado. O Brasil, para forjar uma unidade linguística com Portugal, necessária à República, toma para si essa nova norma padrão, sob o discurso da unidade linguística, fazendo o caminho inverso e distanciando-se ainda mais da normatização da escrita e do falar próprios ao Brasil.

O que nos interessa destacar, nesse processo, é a forma como a ciência é mobilizada tanto para a fixação dessa norma como para sua manutenção. Primeiro, de modo geral, destacamos a força reorganizadora do discurso científico nas transformações políticas e sociais que deflagram a Independência brasileira. Quando as contradições internas à formação colonial conduzem a um ponto de ruptura com Portugal, é o valor produzido pelo saber que reorganiza as dinâmicas sociais sob a unidade de um Estado nacional. A fundação das faculdades e a composição de uma classe de letrados, munidos de autoridade científica, é que fundamenta a organização republicana:

É interessante também como coloca em xeque, na constituição da nacionalidade, o conhecimento e a erudição. Trata-se, assim, de uma voz que fala não a partir da âncora da grande propriedade, da herança nobiliárquica das grandes famílias, por si só.

Trata-se do homem nascido livre no interior de uma teia de relações, que pode pretender pertencer à nação da forma mais profunda, desde que se submeta a essa linha evolutiva colocada pelo conhecimento da tradição erudita. Esta é a porta para integrar a nacionalidade, da maneira mais profunda. Praticar a língua numa certa direção, ditada pela ancestralidade, pelo filtro do artista e do cientista, é uma das portas de entrada do homem livre, na nacionalidade mais profunda. (Pagotto, 2011, p. 29-30)

O argumento do Estado moderno é o argumento da razão, da ciência. A configuração da ciência moderna, localizada, pela historiografia, entre os XVI e XVIII, coincide com o desenvolvimento dos Estados nacionais. A ciência é necessária à constituição do Estado como unidade política e territorial, uma vez que essa unidade não é mais garantida pela submissão a uma exploração direta, como nas relações de servidão características da Idade Média. No Brasil, cuja formação social é fundada por um projeto de colonização, as relações de exploração direta, pela escravização, duram até o século XIX. A abolição da escravatura dá-se em 1888. A Proclamação da República, em 1889.

É nesse momento, quando as formas de exploração direta entram em tensão com

um mundo já erigido sob o argumento da razão científica, que a ciência linguística é mobilizada como amálgama produtora de unidade – unidade nacional, unidade linguística. O Brasil sedimenta, assim, pelo argumento da ciência, a fórmula do Estado moderno: uma língua, um território, uma nação (Auroux, 1998).

O embate língua brasileira X língua portuguesa põe em discussão a própria noção de língua (Pagotto, 2001): antes de saber se se trata de uma língua brasileira ou da língua portuguesa, é preciso saber o que é língua. Os gramáticos, tradicionais autoridades nas questões do idioma, então recorrem às teorias da nascente Linguística Histórica para sustentar um conceito de língua que, separando léxico e gramática, funciona ao mesmo tempo para reconhecer a especificidade brasileira (brasileirismos lexicais) e condenar, como corrupção, brasileirismos gramaticais, forjando uma unidade linguística com Portugal:

A nova doutrina científica – que vem ao encontro dos ideais modernizantes e esclarecidos que depois circunscreverão a república – dá ao Brasil um saber metalingüístico independente, mas ao mesmo tempo fornece o instrumental teórico para a negação do português do Brasil. (Pagotto, 2009, p. 14)

O estatuto de República demanda do Estado brasileiro a promulgação de um Código Civil⁷. Encomendado pelo presidente Campos Salles em 1898, o Código Civil recebeu, em 1902, parecer do então senador Rui Barbosa, cuja avaliação se direcionou não para o conteúdo jurídico, como era esperado, mas para minuciosa análise linguística do documento. Carneiro Ribeiro, eminente gramático, responsável por revisar a última versão do Código, responde ao parecer de Rui Barbosa, iniciando famosa contenda, que se prolonga por alguns anos. O século XX se abre, assim, com uma briga de gramáticos⁸.

Pagotto (2011) mostra como a polêmica entre Barbosa e Ribeiro, duas autoridades entre as elites letradas, dá-se como uma disputa entre as formas do português europeu clássico e as formas do português europeu moderno. Barbosa e Ribeiro desviam-se ambos, por meio de torções de um discurso científico, do português real falado no Brasil. O debate é pautado pela ordem da cientificidade; o argumento de autoridade do uso e do cânone literário, recursos tradicionais da atividade do gramático, devem submeter-se, agora, a critérios objetivos e científicos:

⁷ Não será explorado neste ensaio, mas compreendemos que a racionalidade científica e a racionalidade jurídica sobrepõem-se como demandas do Estado moderno.

⁸ **Briga de gramáticos** é o nome de artigo de jornal em que José Veríssimo comenta a contenda entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro (Pagotto, 2011).

A sistematização do processo de referência confere uma forma científica ao texto, acionando, sobre o argumento de autoridade, propriamente, o da autoridade objetiva, que põe os fatos (no caso, usos e opiniões alheios) a falar por si e a ser checados pela comunidade leitora. É um esforço interessante este da sistematização, que assinala a passagem da esfera pessoal de avaliação das formas lingüísticas para o julgamento da comunidade universal, no processo de estabelecer quem tem razão nos juízos normativos. Parece ser mais um sintoma da crise de referências normativas que o período atravessa, ou seja estamos em um lugar em que a autoridade sobre a língua não está previamente dada – quem estabelece a lei não pode, nesse momento, valer-se simplesmente de sua autoridade. A autoridade vem do uso, mas aqui a concepção clássica de norma não se aplica tacitamente: o juízo depende do convencimento e para que este se dê não basta este ou aquele autor ter empregado certa construção por uma ou outra vez e, mais que isso, é preciso que a coletividade, que escolherá o juízo, seja convencida pelo máximo de objetividade possível. (Pagotto, 2011, p. 9)

Quando alguns anos mais à frente, em 1922, a Semana de Arte Moderna enfrentará, em seu projeto, a questão da língua do “brasileiro real”, não produzirá grandes efeitos sobre a colagem entre língua nacional e norma padrão que o século XIX acabara de produzir:

As iniciativas, como o Dialeto Caipira de Amadeu Amaral ou as viagens etnográficas de Mario de Andrade, são tentativas de aproximação deste objeto obscuro. Mas tais aproximações – e muitas outras que virão depois – não tornarão possível que a voz – e a língua do brasileiro real – nem os modos de circulação da escrita ou da fala normatizados. O centro de gravitação lingüística – construído no período da crise normativa que examinamos aqui – continuará exercendo seu forte poder de atração. (Pagotto, 2011, p. 31-32)

O início do século XX dá, assim, sinais de que enfim está fixada a norma culta hoje prescrita pelos manuais de gramática no Brasil⁹. Inicia-se, a partir daí, um aparelhamento para garantir sua manutenção: pouco a pouco, sai de cena o gramático e entra em cena o linguista (Pagotto, 2011).

É contemporânea à Semana de Arte Moderna a criação da primeira universidade

⁹ Em 1943, o comitê nomeado pela Constituição Federal de 1946 emite o parecer “Denominação do idioma nacional do Brasil” em que conclui que a língua que se fala no Brasil é o português (Guimarães, 2011): “À vista do que fica exposto, a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa. E, em consequência, opina que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: Língua Portuguesa. Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras — Língua Portuguesa —, a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1946 SOUSA DA SILVEIRA, relator”. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/696-Estudos_da_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

brasileira oficialmente reconhecida pelo Estado, em 1920¹⁰. Desde a vinda da Família Real, só haviam sido implantadas faculdades isoladas. Os cursos de Letras surgem¹¹ na década de 1930 integrando as Faculdades de Filosofia, como proposta de um ciclo básico realizador do modelo universitário em oposição às faculdades isoladas (Souza, 2016). Da sua criação no início do século XX até 2001, quando ganham sua forma atual, os cursos de Letras passam por uma grande reformulação (Fiorin, 2006), tendo como ponto de virada a inclusão da Linguística como disciplina obrigatória na composição de um Currículo Mínimo (Souza, 2016).

É preciso lembrar que a Linguística Moderna, cujo marco se atribui à publicação do Curso de Linguística Geral, em 1916, está nascendo ao mesmo tempo que nasce a universidade brasileira. Os cursos de Letras surgem, portanto, com uma estrutura que deve causar surpresa aos atuais graduandos em Letras pela ausência das teorias linguísticas em seu currículo:

Até então, o conteúdo dos cursos de Letras era constituído apenas de filologia, história da língua portuguesa, gramática normativa da língua portuguesa, literatura brasileira, literatura portuguesa, além das línguas clássicas, germânicas (inglês e alemão) ou neolatinas (francês, espanhol e italiano). Os conteúdos linguísticos eram trabalhados de um ponto de vista histórico, nas disciplinas de língua portuguesa e filologia. Se observarmos esses conteúdos com atenção, compreenderemos facilmente que os estudos da linguagem no Brasil originam-se principalmente nas tradições normativa e filológica e não de uma tradição linguística sincrônica. (Flores, 2017, p. 36)

A inscrição da Linguística nos cursos de Letras foi uma imposição do Ministério da Educação¹², mas rapidamente se estabeleceu como paradigma da formação em Letras, consolidando-se com a instalação da pós-graduação no país:

Cabe um destaque especial para a introdução das disciplinas Linguística e Teoria da Literatura, até então de escassa tradição entre nós, pois que, pelo menos segundo o que nos foi possível apurar, tinham figurado apenas no currículo da UDF, durante a efêmera existência daquela instituição (1935-1939). As duas estavam destinadas a êxito imediato, logo se tornando os principais esteios conceituais dos cursos, e assim, por sua vocação reflexiva e

¹⁰ Registram-se duas experiências universitárias anteriores, a Escola Universitária Livre de Manaus (1913) e a Universidade do Paraná (1912), mas, por diferentes razões, elas não são reconhecidas pela historiografia da educação superior como marcos da fundação da universidade brasileira.

¹¹ Até a criação dos cursos de Letras, o polo irradiador de estudos sobre a língua era o Colégio Pedro II, criação da Côrte portuguesa no Brasil. É possível considerar, assim, que, para a questão da língua, o Colégio Pedro II (e outros chamados “grandes colégios”) funcionou – tal como as faculdades de Medicina, Direito e Engenharia – como lugar de produção de especialistas. Adiante, essa discussão será retomada.

¹² “Não foi a comunidade de linguistas da época que concluiu pela necessidade de estudar linguística nas faculdades de Letras. Foi uma decisão do Ministério da Educação! Típica decisão de ‘cima para baixo!’” (Flores, 2017, p. 36).

culto do rigor teórico, abalaram a hegemonia das disciplinas tradicionais, orientadas pelo historicismo e por certa vocação para sínteses humanísticas um tanto refratárias à especialização. Por sinal, com a implantação da pós-graduação, mais ou menos com o perfil que ainda mantém hoje — outro fato relevante do período, que teve lugar a partir de fins da década de 1960 —, estas disciplinas se consolidaram de vez. No mestrado e no doutorado, credenciadas pelo reconhecimento já obtido por seus bons serviços prestados na graduação, de imediato assumiram relevo especial, e assim se firmaram no nosso sistema universitário como as referências básicas dos cursos de Letras em todos os níveis. (Souza, 2016, p. 18-19)

Em 1968, a reforma universitária desmembra as Faculdades de Filosofia, reduzindo ou dificultando contatos disciplinares com a Filosofia, a História e a Sociologia e fazendo, com isso, os cursos de Letras penderem para o lado da licenciatura¹³ na dicotomia que estrutura desde sempre o seu currículo – formação para o magistério X formação para a pesquisa (Lajolo, 1988). Ao mesmo tempo, a reforma iniciou um processo de profissionalização da carreira em Letras, passando, no lado da pesquisa, à admissão por concurso público e ampliação do grau de exigência mínima para o diploma, hoje estabelecido como grau de doutor.

Em 1990, uma nova fase de mudanças dá a forma atual aos cursos de Letras. A grande reestruturação da legislação operada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) organiza Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, abstendo-se da indicação de matéria para a composição dos currículos. Para os cursos de Letras, as Diretrizes são mínimas: “os conteúdos [...] devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários” (Conselho, 2001, p. 25).

Souza (2016) observa que, apesar da desregulamentação facilitada pelas Diretrizes, a estrutura dos currículos se conserva – Linguística, Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Línguas e Literaturas Estrangeiras. Para Souza, o que se vê após abertura operada pelas Diretrizes é uma multiplicidade de “orientações conceituais”, que diferem de certa homogeneidade própria ao período anterior (funcionalismo, estruturalismo, gerativismo), praticamente eliminando um repertório básico comum de autores e obras de referência. Souza observa, também, um predomínio da Linguística Aplicada e da análise do discurso, que, para o

¹³ “Pela mesma época — meados da década de 1960, início da subsequente —, criam-se os cursos de Comunicação, o que também teria consequências para a área de Letras. É que tais cursos não só incluiriam em seus planos de estudos matérias originárias do campo das Letras, como também contaram no início, para sua implantação, com professores de formação linguística e literária, ao mesmo tempo que passaram a constituir alternativa nova e atraente para candidatos às universidades cujo interesse nos fenômenos da linguagem até então só podia ser atendido pelo já tradicional cursos de Letras” (Souza, 2016, p. 19).

ensino, substitui o domínio vernacular:

Por outro lado, no plano do que chamamos antes “orientações conceituais”, se não falha a nossa percepção, observa-se fenômeno digno de nota, e que certamente tem a ver com a centralidade conquistada pela Linguística e pela Teoria da Literatura: rareiam os vernaculistas — isto é, os especialistas em determinada língua e literatura nacionais —, pois os docentes de línguas se representam antes como operadores de Linguística Aplicada ou de análise do discurso, e os de literatura, como comparativistas. (Souza, 2016, p. 20)

A instalação da Linguística no Brasil implica, portanto, a diminuição dos estudos gramaticais e normativos nas universidades (Guimarães, 2000). Essa saída de cena dos gramáticos (Pagotto, 2011) é muito discutida pela perspectiva do ensino, nas discussões sobre gramática e texto provocadas pela reestruturação da legislação educacional na década de 1990¹⁴. Não é esse o enfoque que interessa a este trabalho. A nossa discussão se direciona para as relações – de aliança e de litígio – estabelecidas entre Gramática e a Linguística em torno da norma padrão brasileira.

Para afirmar-se como ciência¹⁵, a Linguística se define em relação ao que ela é e ao que ela não é (Orlandi, 2012)¹⁶: é empírica, objetiva, descritiva, e não é prescritiva. Sendo empírica, trabalha com dados verificáveis por meio de observações e experiências; sendo objetiva, desfaz-se de qualquer atitude preconceituosa em relação aos diferentes usos da língua (Petter, 2003)¹⁷. Seu estatuto de cientificidade é, assim, tradicionalmente marcado em oposição à gramática tradicional (Lyons, 1987, p. 4)¹⁸. A atitude prescritiva e explicativa do linguista (afirmar como a língua é) opõe-se à atitude normativa do gramático (afirmar como a língua deve ser) (Petter, 2003¹⁹).

¹⁴ Cf. Neto; Souza de Paula, 2021.

¹⁵ Os textos referenciados nessa síntese pretendem uma amostra de manuais de introdução à Linguística de ampla circulação e escritos por autores de diferentes filiações teóricas.

¹⁶ “O que é e o que não é Linguística: Dada nossa tradição escolar, há uma tendência em se identificar o estudo da linguagem com o estudo da gramática. A linguística, no entanto, distingue-se da gramática tradicional, normativa. Ela não tem, como essa gramática, o objetivo de prescrever normas ou ditar regras de correção para o uso da linguagem. Para a linguística, tudo que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão” (Orlandi, 2012, p. 12).

¹⁷ “Dessa postura teórico-metodológica diante da língua decorre o caráter científico da Linguística, que se fundamenta em dois princípios: o empirismo e a objetividade. A Linguística é empírica porque trabalha com dados verificáveis por meio de observação; é objetiva porque examina a língua de forma independente, livre de preconceitos sociais ou culturais associados a uma visão leiga da linguagem” (Petter, 2003, p. 21).

¹⁸ “As introduções à linguística costumam traçar uma distinção nítida entre gramática tradicional e linguística moderna, contrastando o status científico desta com o status não-científico daquela. Há boas razões para haver esta diferenciação e para ressaltar que muitas das concepções erradas sobre a língua, populares em nossa sociedade, podem-se explicar, historicamente, em termos das premissas filosóficas e culturais que determinaram o desenvolvimento da gramática tradicional” (Lyons, 1987, p. 47).

¹⁹ “Esta obra foi dividida em dois tomos. No primeiro tomo, o primeiro capítulo trata da linguagem humana e das línguas, para mostrar que a atitude do linguista diante do fenômeno linguístico não é prescritiva, mas descritiva e explicativa” (Fiorin, 2003, p. 8).

O século XX, que havia começado com uma briga de gramáticos, vai chegando ao fim com uma briga entre gramáticos e linguistas. Sem espaço nas universidades, os gramáticos encontram uma nova tribuna: a mídia. É, aí, no final do século XX, que entra em circulação, no jornal **O mundo português**²⁰, a coluna **Na ponta da língua**, idealizada por Evanildo Bechara e assinada por outros grandes nomes dos estudos da língua no Brasil.

3. Sejam bem-vindos aos consultórios gramaticais: entre a visão estreita do purista e a visão larga do linguista

As colunas de jornal dedicadas à língua não são uma novidade dos anos 1990. Faraco (2012) localiza, em 1903, o que teria sido uma primeira proposta desse formato, a coluna “O que não se deve dizer”, assinada por Cândido de Figueiredo no **Jornal do Comércio**. No entanto, pode-se deduzir da abertura da coletânea que reúne os textos publicados na coluna **Na ponta da língua** que esse espaço foi pontual até os anos 1990:

Mas a página de um jornal, como as rosas de Malherbe, dura apenas uma manhã de sol. E estes textos, tão bem preparados e tão densos nos ensinamentos, não podiam perder-se no arquivo da redação. Observe-se, de passagem, que foram publicados numa altura em que na imprensa brasileira já não se concedia espaço para as questões do vernáculo. Com a morte do Prof. Napoleão de Almeida, que durante muito tempo no *Estado de São Paulo* manteve a coluna para dirimir dúvidas e elucidar controvérsias sobre as palavras e a gramática, terminou praticamente esse magistério que alguns jornais mantiveram durante muitos anos, cuidando das coisas o Idioma como cuidavam da ‘vária’ parlamentar, ou do noticiário da cidade, ou da previsão do tempo.

Por isso, ganhou maior significado a proposta dos professores do Instituto de Língua Portuguesa. Tanto assim que, por sua influência, ou não, hoje, outros jornais de grande dimensão abriram seus quartos de página para tratar da Língua viva e da forma de escrever melhor. (Costa, 1998)

Dos jornais, as colunas foram às rádios, TVs e hoje ganham outras plataformas, como YouTube e Instagram (Neto; Souza de Paula, 2021). O formato se popularizou, popularizando também a figura do gramático: vigilância implacável, tolerância zero entre o certo e erro, defesa inegociável da norma culta, inexistência de referências

²⁰ O jornal **O mundo português**, criado em 1970, inicialmente recebeu o nome *O emigrante*, porque “destinado aos milhares de portugueses residentes no estrangeiro”. Segundo sua página on-line, é “um jornal global que chega a: -todos os portugueses em Portugal; -diáspora portuguesa; -lusofonia; - estrangeiros que gostam de Portugal; -estrangeiros que estão a aprender português; -estrangeiros em Portugal; -estrangeiros a quem queremos dar a conhecer Portugal”. Disponível em: <https://www.mundoportugues.pt/quem-somos/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

bibliográficas. A popularização das colunas gramaticais (Faraco, 2012) coincide com o processo de reformulação curricular que dá aos cursos de Letras sua estrutura atual. Considero, como hipótese, que é nesse momento que a Linguística se consolida para os cursos de Letras como um passado²¹. Isto é, é assumida como origem e forma universal do estudo sobre a língua, num processo de apagamento da história da disciplina, cuja forma moderna é recente e ainda está em desenvolvimento. A partir desse momento, estaria instalada a dicotomia descritivismo X prescritivismo (Leite, 2007) que organiza a gramática e a linguística como um par homogeneamente oposto²².

Para trabalhar essa hipótese, apresento alguns artigos publicados por Evanildo Bechara na coluna **Na ponta da língua**, em que se pode ver funcionar o momento imediatamente anterior a essa consolidação. A seguir, a abertura do primeiro artigo da coluna, escrito por Bechara e intitulado “Imexível: uma injustiça a ser reparada”:

[1] Cabe-me a honra de iniciar, nesta seção, a série de comentários sobre fatos da língua portuguesa, série que está, em particular, a cargo dos integrantes do recentemente criado Instituto da Língua Portuguesa, órgão do Liceu Literário Português²³. É objeto desta seção discutir, **ao agasalho dos modernos estudos das ciências da linguagem e da pedagogia do aprendizado da língua materna**, os mais variados assuntos da **nossa especialidade** – quer por iniciativa do redator, quer por proposta ou consulta dos leitores deste semanário que gentilmente nos abre espaço -, procurando patentear o riquíssimo acervo que a língua portuguesa põe à disposição dos seus utentes para a adequada e

²¹ Faço menção, aqui, à discussão de Flores (2017) sobre a recepção de Saussure no Brasil. Discutindo a tradução tardia do CLG em nosso país (54 anos depois do original), Flores defende que Saussure entrou nos cursos de Letras já como um passado: foi assumido como o “pai da Linguística Moderna” sem que tenha sido lido, chegou aos currículos já tendo sido considerado superado por novas teorias. Flores argumenta que, em nível de pesquisa, houve uma produtiva redescoberta de Saussure a partir da publicação de novos manuscritos, mas que isso ainda não teria produzido impactos na graduação: “O Saussure ensinado nos cursos de graduação em Letras do Brasil ainda é, em sua maioria, um Saussure dicotômico, estruturalista e com pouco, ou nenhum, potencial de inovação” (Flores, 2017, p. 32).

²² Faz parte desse processo a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959, que contribuiu para a negação da gramática como instrumento de produção de teoria gramatical. Para mais sobre isso, cf.: Baldini, 1998.

²³ Fundado em 1868, o Liceu Literário Português é uma instituição de ensino sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, criada por imigrantes portugueses para acolher e oferecer formação profissional a jovens lusos que chegavam ao Brasil. Mais tarde, foi aberto também para brasileiros e se firmou como um “centro de estudos e de difusão da lusofonia”. Atualmente, atua através de programas culturais e de formação em nível superior. O Instituto da Língua Portuguesa é uma das quatro unidades que integram o Centro de Estudos Luso-Brasileiros do Liceu: “O seu objetivo é, como está no nome, o estudo e a difusão da língua portuguesa em tudo que diz respeito ao mundo da lusofonia: língua literária, modalidades, regionais, estratos sociais, raízes históricas, particularmente as do seu rico passado medieval, tudo próprio de uma língua de cultura, com cerca de 160 milhões de utentes, a sexta língua mais falada do mundo” (texto de Apresentação da coletânea, escrito por Silvio Elia). Foram os professores do Instituto que, junto a Bechara, assinaram a coluna, entre eles Silvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Antonio Houaiss, Serafim da Silva Neto, e outros colaboradores.

competente expressão e comunicação das ideias e sentimentos. (EB, v. 1, p. 1, grifos nossos)²⁴

Chamo atenção para o fato de que esse é o primeiro parágrafo do primeiro artigo publicado pela coluna. Faço notar que Bechara, em nenhum momento do artigo, especifica a sua especialidade. O texto desliza de “fatos da língua” para “Instituto da Língua Portuguesa”, “ciência” e “aprendizagem da língua materna”, sintetizando tudo isso como próprio da sua especialidade – gramático –, notoriamente conhecida. Com o plural, Bechara fala de si e dos outros colaboradores que assinam a coluna, entre os quais está, por exemplo, Silvio Elia, filólogo, não-autor de gramáticas.

Bechara segue num segundo parágrafo:

[2] Através das oportunidades que se nos forem apresentando, iremos insistir na necessidade de analisar, de aprender e de utilizar o idioma dentro de **uma perspectiva mais ampla e mais conforme à complexidade e variedade de que se tece uma língua histórica**, no caso particular, o português, a serviço de sete nações soberanas. (EB, v. 1, p. 1, grifos nossos)

Ele marca uma posição: há uma perspectiva mais restrita, que não reconhece a complexidade e a variedade de uma língua histórica; essa não é sua posição. Sua posição está, sem conflito, ao agasalho dos modernos estudos da linguagem: a língua varia, é histórica.

[3] A impressão de ser esta uma tarefa amena e fácil logo se desfaz quando se percebe o quão pouco sabem os falantes como funciona uma língua, ainda que seja a materna. Está claro que, neste primeiro comentário, não posso trazer à luz algumas dessas inocentes ignorâncias; todavia quero preencher o espaço que me cabe para convidar meu leitor a examinar um caso recente de linguagem, que tem dado margem a críticas e comentários de **“entendidos” em coisas do idioma**: é a palavra *imexível*, empregada por um integrante do novo Governo brasileiro. Tem-se dito que o termo não existe, não está dicionarizado e, por isso, deve ser considerado errôneo. (EB, v. 1, p. 1, grifos nossos)

Destaco, em negrito, um movimento estranho aos olhos do século XXI, dominado pelo paradigma da Linguística moderna, para quem a atividade normativa rivaliza com a

²⁴ Para facilitar a visualização dos trechos do material trabalhado, estamos diferenciando a formatação desses excertos da formatação tradicional para citações diretas. Ainda, a coletânea organiza os 11 anos de publicação da coluna em 7 volumes. Assim, para deixar clara a menção aos volumes, os recortes apresentados serão referenciados com as iniciais do nome do autor (EB, para Evanildo Bechara), seguido do volume e da página. Nas referências bibliográficas, estarão indicadas as informações completas de cada volume citado.

atividade científica: Bechara coloca-se em uma posição ao lado do linguista (*nossa especialidade*), diferenciando-se de uma outra posição, mais restrita, a de “*entendidos*” de *coisas do idioma*, que, não reconhecendo que a língua varia, atestam a palavra ‘imexível’ como errada, porque não estaria nos dicionários. Essa divisão (*nós, gramáticos e linguistas X eles, “entendidos” de coisas do idioma*) não se acomoda na forma como a Linguística apresenta sua relação com a Gramática (*nós, linguistas X eles, gramáticos*). Essa terceira posição que emerge no texto de Bechara, ele nomeia de “consultórios gramaticais” no artigo “Sejam bem-vindos aos consultórios gramaticais”.

[4] Não é de hoje que importantes órgãos da imprensa reservam espaço para que professor ou homem de letra faça comentários sobre fatos de língua materna e que, respondendo a dúvidas gramaticais que lhe são endereçadas, tenha a oportunidade de orientar o consulente e, na sua companhia, outros leitores para quem tais dúvidas também poderiam constituir problemas.

Tornaram-se célebres os consultórios gramaticais de jornais brasileiros que se estamparam, no início deste século, assinados por Cândido de Figueiredo, Cândido Lago, entre outros.

Também se celebrizaram as críticas a lições disseminadas nesses consultórios, lições que não encontravam nem no testemunho dos escritores chamados clássicos – antigos e modernos – nem nos ensinamentos de gramáticos e filólogos de boa formação e informação linguística. (EB, v. 4, p. 209, grifos nossos)

Note-se que Bechara está se referindo à atividade que ele mesmo está exercendo – a escrita de uma coluna de jornal dedicada às questões do idioma –, mas em nenhum momento falará no plural ou aproximará sua coluna ao que chama de consultório gramatical.

[5] Tal atividade demonstrava outrora e demonstra hoje que o homem comum sente interesse pelos problemas da língua materna, problemas que deseja ver solucionados, principalmente com receituário de efeito curativo imediato e, quase sempre, dentro do frio e inquestionável método doméstico do “pão pão, queijo queijo”: rápido e sem exceção. **A verdade é que os fatos de língua se nos apresentam, aos especialistas**, muito mais complexos do que parecem aos comuns mortais, de modo que nem sempre podemos oferecer aos consulentes receituários simples e de efeitos infalível. A bem da verdade dos fatos, a resposta consciente pode frustrar a quem espera regras práticas, simples e indiscutíveis.

Há, sem dúvida, aqueles que, consultados, simplificam a questão, condenam outras possibilidades, passando por cima da boa lição dos escritores e especialistas, e transformam ou empobrecem a língua para fazê-la um instrumento de regrinhas a toda hora desmentidas e uma camisa de força da expressão comunicativa. (EB, v. 4, p. 209, grifos nossos)

Vê-se, aí, que Bechara retoma as palavras com que faz estrear a coluna **Na ponta da língua**, ‘fatos da língua’ e ‘especialistas’: os fatos de língua se apresentam complexos aos especialistas. Ele prepara, aí, o anúncio do marco divisório imposto pelo século XIX; especialista é quem vê a complexidade dos fatos, é quem reconhece a língua como histórica.

[6] Desses falsos donos da língua se vingaram os escritores em prosa e em poesia. Monteiro Lobato criou, nesse sentido, o personagem Aldrovando Cantagalo – o primeiro mártir da língua, que nasceu e morreu por causa de erro de gramática – e o há pouco lembrado aqui Lima Barreto ferreteou Cândido Lago, a respeito de quem assim pronunciava:

A gramática do velho professor era de miopia exagerada. Não admitia equivalências, variantes; era um código tirânico, uma espécie de colete de forças em que vestira as suas pobres idéias e queria vestir a dos outros (*Recordações do escrívão Isaiás Caminha*, p. 235 da 1ª ed., Lisboa, 1909).

Os consultórios de ontem não dispunham nem da **bibliografia com que hoje conta o estudioso, nem a língua tinha merecido a investigação que já conhece**, apesar de ainda estarmos muito atrasados em vários setores do idioma, quando se compara o português com o inglês, francês, alemão e até mesmo o espanhol, por exemplo. Assim, todos esperamos que os consultórios que os importantes órgãos de imprensa paulista e carioca põem à disposição de seus leitores, apresentam respostas que não demonstrem desconhecimento de que já se fez até aqui em matéria descritiva e normativa. (EB, v. 4, p. 210, grifos nossos)

Citando a crítica que Lima Barreto teceu aos consultórios gramaticais de um tempo passado, Bechara constrói a consolidação da ciência como um ponto de não-retorno para a gramática. Em outro artigo, intitulado “A missão dos consultórios gramaticais”, Bechara defende que o espaço nos jornais dedicado às questões do idioma são importantes, desde que assumam uma terceira posição – um caminho do meio entre a visão estreita do purismo do gramático e a visão larga do linguista:

[7] Estas considerações prévias nos permitem melhor entender o papel positivo dos consultórios gramaticais e nos preparam para evidenciar-lhes os excessos negativos, quando, extrapolando o seu campo de ação, procuram caminhar pela **visão estreita e redutora de um logicismo purista, ou pela visão extremamente larga do linguista**, quase sempre motivado pelo mote: *Deixe sua língua em paz*, que já foi título de livro (*Leave your language alone*). (EB, v. 5, p. 96, grifos nossos)

É isto que estamos chamando de um ponto de não-retorno da ciência para a gramática: desde que a ciência linguística atingiu seu ponto máximo na modernidade, a

posição purista deixa de ser uma posição de especialista – ela é expulsa do espectro de atuação do gramático. O gramático purista não é um gramático, é uma outra coisa, um “eles, não especialistas”, “entendidos” das coisas do idioma. A partir desse ponto, a gramática está – para essa posição – definitivamente ao lado da ciência. A incompatibilidade que a Linguística moderna traça como ponto de oposição entre o gramático e o linguista não faz sentido para esse gramático que acomoda a descrição como base da prescrição – *os modernos estudos linguísticos a serviço da pedagogia para aprendizado da língua materna*, tal como diz Bechara em suas primeiras palavras de estreia na coluna de jornal.

Para ele, o ponto que separa “especialistas” em duas posições distintas (gramáticos X linguistas) é a defesa da unidade da língua portuguesa. É recorrente em toda a coletânea esse ponto de divisão, aqui apresentado por trecho do artigo “Português ou brasileiro?”, razão pela qual abrimos espaço para uma longa citação:

[8] Com este título, professor e autor de livros insiste numa ideia ou projeto que, **se vai firmando em alguns centros universitários** do país, com visível resultado negativo na formação de mestres a quem, em sala de aula do curso fundamental ou médio, está entregue, a educação linguística de nossos jovens.

Que as línguas estão sujeitas a diversos fatores de mudança que atuam no tempo, no espaço e nas classes sociais é uma lição dos linguistas do século XIX e que corre como afirmação pacífica de então até os nossos dias.

Resultado imediato desta lição que também hoje se aceita é que uma língua encerra diversas “línguas” dentro de si, que o grupo social mais ou menos homogeneiza numa realidade chamada *língua comum*, à língua à qual se aplica o nome atribuído à língua histórica: *língua portuguesa, língua inglesa, língua espanhola, língua latina* e assim por diante.

A extrema plasticidade de uma língua histórica, espreada em subsistemas de *línguas funcionais* (aquelas que efetivamente funcionam no discurso), que não obscurecem a unidade superior do português, do inglês, do espanhol ou do latim, a extrema plasticidade – dizíamos – não deve desvirtuar a descrição e a análise do pesquisador, principalmente daquele que de suas observações pretende distinguir uma língua histórica de outra língua histórica.

Já aprendemos, nesse deslinde, a distinguir muitas vezes *sincronia* e *diacronia*, mas falta percorrer um longo caminho de distinções para delimitar e trabalhar uma língua funcional dentro da língua histórica, a distinção que está ausente na essência da falsa constatação de que a língua que falamos aqui, nesta banda do Atlântico, já não é o português, mas o brasileiro.

Além da citada distinção entre *sincronia* e *diacronia*, para que o **investigador** se ponha em trilha segura, há de separar *linguagem* de *metalinguagem*, *arquitetura* de *estrutura* ou, como já aludimos, língua histórica de língua funcional. Isto sem pôr de lado as variedades *diatópicas* (de lugares), *diastráticas* (de estratos sociais) e *diafásicas* (de estilo).

Como se situará o defensor do pretense brasileiro diante das diferenças entre o francês comum e o francês popular, ou o inglês comum e o inglês popular? Por acaso, as diferenças aí registradas serão menos patentes do que as que assinala entre o português e o brasileiro?

Muitos **estudiosos** que abraçam a tese do brasileiro comparam realidades distintas, isto é, o conjunto de normas consideradas “certas” e “boas” do lusitano escrito com a “língua realmente falada pelos brasileiros, inclusive pelos classificados de cultos”.

Erram assim de objeto de estudo. (EB, v. 7, p. 15-16, negritos nossos)

É a defesa da unidade linguística em relação à Portugal que cinde, para essa posição de gramático, a aliança entre eles e os linguistas, colocando-os em litígio. Não é o reconhecimento da variação da língua que os separa, mas precisamente o ponto específico em que essa variação pode implicar uma outra língua. Bechara defende que a tese de uma língua brasileira é falsa porque faltam distinções teóricas que levem o pesquisador a tomar objetos diferentes como um único objeto de estudo, no entanto, uma vez que a disputa é própria ao fazer científico, não há como impedir a formulação e a defesa dessa tese. A natureza não dogmática da ciência permitiria, portanto, a formulação de uma hipótese que está sempre já negada pela posição do gramático.

Vimos na discussão de Pagotto (2011) sobre a contenda em torno do Código Civil a forma como o discurso científico é torcido pelos gramáticos do século XIX para sustentar a unidade linguística da língua portuguesa. É assim que Rui Barbosa defende a teoria de que a evolução da língua significa um retorno às formas do passado, configurando-se, ao mesmo tempo, contraditoriamente, um defensor da modernidade e de formas arcaicas da língua. É também assim que as discussões do século XIX conseguem dar sentido a um contraditório discurso nacionalista não-nacionalista, defendendo que a língua do Estado brasileiro é a língua de outro Estado nacional.

O comprometimento do gramático brasileiro com a unidade da língua portuguesa pode ser compreendido como um vínculo histórico entre a função do gramático e o desenvolvimento dos Estados nacionais. Sylvain Aurox (1998) mostra que, a partir do XVI, a gramática sofre uma “mutação pedagógica”, desgarrando-se de sua origem filosófica e constituindo-se como instrumento de aprendizagem de uma língua:

A expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre a línguas. A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado, mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma língua oficial* uma obrigação para os cidadãos. (Aurox, 1998, p. 49)

Auroux argumenta que a produção massiva de gramáticas a partir do século XVI está diretamente relacionada a uma política linguística de ensino/conservação dos vernáculos colocada em cena pelo desenvolvimento dos Estados nacionais. A mutação que transforma o filósofo em gramático é o compromisso com a unidade do Estado.

Formulamos, a partir dessa discussão, uma segunda hipótese, a de que é esse compromisso o traço definidor da posição do gramático. Em outras palavras, a posição do gramático é uma posição de Estado, realizada, na formação social brasileira, na defesa da unidade linguística do português: o gramático é um funcionário do Estado²⁵. A posição do linguista desenvolve-se, em oposição, por um não comprometimento apriorístico com uma posição de Estado.

Interessa-nos, a partir dessa hipótese, discutir como a Linguística, desviando-se da compreensão desse traço fundamental, instala um litígio entre descrição e prescrição, aliando-se, no entanto, contraditoriamente, à gramática em sua posição de Estado.

4. A norma padrão brasileira: um impossível científico

A geração de estudiosos que assina a coluna **Na ponta da língua** é a primeira e única geração que nasce depois fixação da norma padrão no final do século XIX e chega às universidades antes implementação da Linguística em 1960. Evanildo Bechara (nascido em 1928), Rocha Lima (1915), Celso Cunha (1917), Domingos Pascoal Cegalla (1920), cujas gramáticas são hoje referências prestigiadas de consulta à norma padrão, nascem em torno da década de 1920 (antes ou durante), período que Pagotto (2011) identifica como ponto de superação da crise normativa brasileira instalada pelo século XIX, e década de fundação da universidade brasileira. Isso significa que todos formaram-se especialistas por um paradigma histórico, normativo e filológico.

Diferentemente, outros reconhecidos autores de gramáticas contemporâneas²⁶, como Maria Helena de Moura Neves (1931), Mario Perini (1943), José Carlos Azeredo (-)²⁷, Ataliba Teixeira de Castilho (1936), Marcos Bagno (1961), chegam a uma universidade em período que a Linguística moderna já está – mais ou menos –

²⁵ Não estamos nos referindo, evidentemente, a um vínculo pragmático, mas, como visto, a um vínculo histórico.

²⁶ Cf. Neves; Casseb-Galvão; Leite; Savioli, 2014.

²⁷ Não encontramos informações sobre o ano de nascimento de José Carlos Azeredo, mas em seu currículo indica-se graduação em 1970, mestrado em 1977 e doutoramento em 1988.

estabelecida como disciplina obrigatória. Suas gramáticas são consideradas “gramáticas de linguistas”²⁸.

Comento, aqui, especificamente os casos de Maria Helena de Moura Neves e de Ataliba Teixeira de Castilho, nascidos poucos anos depois de Evanildo Bechara, para mostrar como esses poucos anos foram suficientes para fazer de suas gramáticas produções submetidas à Linguística e que, portanto, confrontam-se de alguma forma com a função normativa do gramático. Maria Helena de Moura Neves,

Filha de pais professores, cursou a Escola Normal e iniciou a carreira docente aos 18 anos. Atuou como professora de Língua Portuguesa no ensino fundamental e médio em escolas da rede municipal de Araraquara, também no interior paulista, por cerca de 20 anos. [...] Quase à mesma época em que iniciou sua atuação docente, Maria Helena casou-se. Mãe de três filhos, ingressou no ensino superior apenas quando eles já estavam crescidos (Neves, 2020). Graduiu-se em Letras-Português/Grego em 1970, na UNESP, e em Letras-Português/Alemão em 1974, na mesma instituição” (Battisti, 2023).

A questão de gênero não é um recorte central a este trabalho, mas faz parte desta discussão. Quando se marca que poucas pessoas, no Brasil, tiveram e têm acesso à escolarização, isso quer dizer que as que têm acesso são majoritariamente homens, brancos e ricos. Nos cursos de Letras, é preciso ainda considerar que a dicotomia que o estrutura, entre pesquisa X formação para o ensino na educação básica, normalmente organiza homens ao lado da pesquisa e mulheres ao lado do ensino²⁹. Este foi o caso da formação inicial de Maria Helena de Moura Neves, ainda hoje a única mulher reconhecida como gramática. Como se vê, apesar de nascida muito próximo a Evanildo Bechara, sua formação e atuação como especialista foi posterior, já sob dominância da Linguística moderna.

Quanto a Ataliba Teixeira de Castilho, seu currículo indica graduação em 1959 e início de atuação como docente em 1961 na Unesp. Veja-se a diferença para o processo de formação de Bechara, dentre a geração de 1920, o mais próximo nascido a Castilho:

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezessete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros

²⁸ Cf. Farias, 2014.

²⁹ Cf. Lebler, 2022.

Ensaio de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.³⁰

A formação de Bechara ainda orbita em torno dos grandes colégios³¹. Como se viu, a vinda da Família Real funda a educação superior no Brasil, mas restringe-se às faculdades de Medicina, Direito e Engenharia, demandas da situação de guerra em que se encontrava a Corte portuguesa. O Colégio Pedro II atuou como equivalente para o campo das Letras, funcionando como polo formador e irradiador dos estudos linguísticos no Brasil. Até Bechara, esteve ainda funcionando a concessão do estatuto de especialista por “notório saber”; depois da instalação do formato universitário, esse estatuto passa a exigir um diploma profissional. A instalação de um aparelho universitário conduz, portanto, a uma profissionalização do saber³².

Até pelo menos meados da década de 1960 ainda não havia exigências formais específicas, de modo que, na área de Letras, além dos nela graduados pelas novas faculdades de Filosofia, encontravam-se mestres oriundos de diversos campos. Nesse regime, o credenciamento para o exercício do magistério superior se dava pelo chamado “notório saber”, ou então mediante concursos, de livre-docência ou para as cátedras, nome tradicional que recebiam as matérias mais destacadas dos currículos universitários. Para os demais níveis da carreira, em geral não havia concursos, cabendo aos todo-poderosos catedráticos indicar seus colaboradores e subordinados, professores assistentes e auxiliares de ensino. (Souza, 2006, p. 19)

A universidade passa, dessa forma, a regular o lugar de autoridade; e a própria universidade, dominada pelo paradigma da Linguística moderna, impede a formação de gramáticos, porque significa o paradigma normativo como não-científico. Poucos anos são suficientes para que, entre uma geração e outra, Ataliba Teixeira de Castilho abra uma seção de sua gramática com o nome “No dia em que virei linguista-gramático”³³.

³⁰ Biografia de Evanildo Bechara, disponível no site da Academia Brasileira de Letras: <https://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>. Acesso em: 16 mar. 2024.

³¹ Indica-se em sua biografia que Bechara fez “curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949”, informação incompatível com as fornecidas pela historiografia da educação superior em Letras, que reconhece a criação das faculdades de Letras a partir de 1933. Em pesquisa complementar, deduz-se que o Instituto La-Fayette nasce como uma escola que funcionava como o Colégio Pedro II, com habilitação profissional vinculada à conclusão do atual ensino médio. Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2011/12/fotos-de-escolas-antigas-v.html>

³² É difícil imaginar, hoje, um aluno de 17 de anos autor de um ensaio de pesquisa linguística a ser prefaciado por um pesquisador. Na entrevista que Evanildo Bechara oferece à pesquisadora Thais Costa, vê-se bem, no formato de rememoração de uma entrevista, como, à diferença da escola hoje, os chamados “grandes colégios” – sobretudo o Pedro II – funcionaram como espaço de pesquisa linguística, depois esvaziado pela fundação da universidade. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8669165/29504>

³³ Cf. Neves; Casseb-Galvão; Leite; Savioli, 2014.

Retomemos um manual clássico de introdução à Linguística:

2.4 A linguística é descritiva, não prescritiva

O termo 'descritiva' está sendo empregado aqui em uma acepção diferente do que aquela que se opõe seja a 'geral', por um lado, seja a 'histórica', por outro. O contraste relevante neste caso é o que existe entre *descrever* como as coisas são e *prescrever* o que devem ser. Uma alternativa para 'prescritiva', na acepção que contrasta com 'descritiva', é 'normativa'. Dizer que a linguística é uma ciência descritiva (ou seja, não-normativa) é dizer que ela tenta descobrir e registrar as regras segundo as quais se comportam os membros de uma comunidade lingüística, sem tentar impor-lhes outras regras ou normas, de correção exógenas. [...]

Contudo, a distinção mais importante é a que existe entre regras transcendentais (isto é, prescritivas) e regras imanentes (isto é, descritivas). Um *dizer* e um *não-dizer*, se prescritivo, é uma ordem (**Diga/Não diga X!**); se descritivo, é uma afirmação (**As pessoas dizem/não dizem X.**).

A razão pela qual os lingüistas de hoje são tão insistentes com a distinção entre regras descritivas e prescritivas, é simplesmente que a gramática tradicional tinha um caráter acentuadamente normativo. O gramático acreditava que sua missão era formular os padrões de correção e impor, se necessário, aos falantes da língua, tais normas de comportamento. (Lyons, 1987, p. 54-55, grifos do autor)

Essa definição – unânime nos manuais de introdução à Linguística – “instala a dicotomia descritivismo x prescritivismo para designar as duas atitudes” (Leite, 2007). Pretendemos mostrar, apresentando a coluna **Na ponta da língua**, que essa dicotomia homogênea em uma única posição diferentes funcionamentos permitidos pela função do gramático – uma posição prescritiva e uma posição descritiva/prescritiva. Essa diferenciação permite reorganizar produções de naturezas distintas classificadas indiscriminadamente como “gramática tradicional” pela Linguística:

- Prescrever sem descrever: gramáticas escolares; manuais de imprensa; sites escolares³⁴; colunas gramaticais.
- Descrever e prescrever: gramáticas que reconhecem a variação e se posicionam quanto a um tipo de uso.
- Descrever e não prescrever: manuais lingüísticos.

³⁴ Três espaços de produção/circulação de conhecimento normativo merecem atenção de pesquisa: a produção de conteúdo escolar para internet (sites, canais de YouTube, páginas do Instagram), que funcionam hoje como fontes de consulta, sobretudo depois de uma reorganização do ensino operada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, mais recentemente, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que “retira do currículo” a gramática normativa; a produção de conteúdo voltada a concursos públicos, cujos editais são famosos pela rigidez nas provas de português; a produção de conteúdo dedicada a formação de revisores e profissionais do texto. Todos esses espaços produzem/fazem circular materiais produzidos a partir de uma posição puramente descritiva (“descrever sem prescrever”).

Ao transformar essas diferentes posições em posições indistintas, as duas primeiras como não científicas, a Linguística nega que a gramática tradicional possa ser, ao mesmo tempo, científica (isto é, realizada com base em estudos científicos que considerem a variação da língua) e prescritiva – como propõe, por exemplo, Bechara. Esse complexo jogo de aliança e litígio coloca a norma padrão da língua brasileira como um impossível científico, porque a prescrição de normas só pode ser realizada por uma posição de Estado – posição que nega as especificidades de nosso falar e escrever em favorecimento a uma unidade política com Portugal. Quando a gramática é produzida pela posição do linguista, restringe-se a uma gramática descritiva, que assume os usos da língua como “naturais”, cabendo assim ao usuário da língua reconhecer esses usos em termos de adequação:

Nesse sentido, é válido dizer que para a linguística não há formas de expressão corretas ou erradas, mas adequadas ou não aos diferentes contextos de uso. É tão inadequado o uso de formas não padronizadas da língua por parte de um deputado ao discutir na Câmara, por exemplo, quanto à utilização por parte desse mesmo deputado de uma linguagem formal, marcada pelas regras o padrão culto, quando eles estiver nas ruas pedindo votos para as pessoas humildes. (Costa, Cunha, Martelotta, 2016, p. 26)

Quando a Linguística dissolve, pela solução da descrição dos contextos de uso, a dicotomia que instalou (prescrição X descrição), o que acaba por fazer é também uma descrição-prescrição, sob a forma disfarçada da adequação – não é errado, é inadequado (Pagotto; 1998, 2007). Do que se pode deduzir: “para se adequar, diga x”. Dessa maneira, embora nasça, em relação ao gramático, como posição não comprometida enquanto posição de Estado, a Linguística mantém intocada as dinâmicas que concentram escrita, riqueza, saber e poder. Faraco e Zilles (2017) mostram esse furo na maneira como Bechara acomoda descrição e prescrição:

Bechara aponta, com propriedade, que a ‘língua’ exemplar (a norma padrão) resulta de seleção. No entanto, não esclarece como se dá tal processo seletivo, ou seja, como (e por que) se dá a aceitação tácita de um fato como exemplar pelos falantes ou quais fundamentos sustentam a ação dos gramáticos ‘legisladores’. Continuamos, pois, no âmbito da norma padrão, sem resposta para a questão levantada por Jespersen (em que bases uma forma é considerada mais correta que outra?). (Faraco, Zilles, 2017, p. 110-111)

O gramático diz: a língua varia e, por isso, algumas formas são tomadas como formas exemplares de uma língua ideal, cuja função é garantir a unidade nacional; ele não justifica, porém, por que essa língua ideal elege sempre formas mais próximas às formas

que os ricos usam do que às usadas pelos pobres³⁵. A questão é que a relação de litígio que a Linguística impõe à Gramática mantém a aliança pela manutenção do consenso sobre a língua nacional – falamos português, e há uma forma *adequada* de falar e de escrever esse português. Assim, o linguista diz: a língua varia e, por isso, nos contextos formais (que são contextos de poder), as formas adequadas são as formas do português culto.

Permanece, dessa maneira, a correspondência entre língua nacional e as formas dessa língua ideal, mantendo inalterada a sujeição de uma imensa maioria de brasileiros a dinâmicas de exclusão, justificada como incapacidade desses sujeitos de adquirir as competências de adequação de uso da língua aos diferentes contextos. São esses brasileiros sujeitos históricos sistematicamente excluídos do processo de escolarização (ou mesmo excluídos pelo processo de escolarização, pelas dinâmicas que, na escolarização, reconstróem desigualdades constitutivas da formação social brasileira) – “negros, mestiços, migrantes do campo, trabalhadores manuais e informais, habitantes da periferia, jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou dela se evadiram” (Pffeifer; Vieira, 2014, p. 90).

Segundo Faraco e Zilles, cuja discussão preocupa-se com a transformação dessa dinâmica, a elaboração de uma norma padrão deve assumir alguns compromissos:

Em suma, para a superação crítica do caráter aleatório e anacrônico da atual norma-padrão brasileira e para a elaboração de uma norma-padrão realista e atualizada, é preciso:

- a. limpar a pauta normativa;
- b. levar a sério o princípio de que a gramática normativa depende da gramática descritiva;
- c. ampliar nossas referências;
- d. dar continuidade ao registro da norma culta brasileira; e
- e. detalhar as características dos segmentos socioculturais que podem servir de referência para o processo padronizador. (Faraco, Zilles, 2017, p. 121)

Embora Faraco realize, no conjunto de sua obra, uma importante leitura crítica ao caráter elitista da cultura normativa no Brasil, discutindo consistentemente os seus paradoxos, conclui que atualização da norma padrão brasileira deve considerar o vínculo fundamental entre norma padrão, escrita e escolarização, mantendo os falantes escolarizados como falantes de referência para construção dessa norma:

³⁵ É preciso marcar que a distribuição de riqueza no Brasil é, em razão da estrutura de colonização escravocrata, profundamente ligada às questões de raça, de forma que a maioria das pessoas pobres são também pessoas negras. A questão linguística no Brasil é, assim, também uma questão de raça.

Ao delinear essas contribuições, não deixamos de considerar, primeiro, que a norma-padrão tem um vínculo primordial com a língua escrita. Isso não significa dizer que não há modelos padronizadores para as práticas de oralidade. Eles existem, mas, dada a fluidez da fala, os parâmetros são diferenciados.

A ideia de uma norma-padrão consolidada em instrumentos normativos específicos (gramáticas e dicionários) surgiu para orientar fundamentalmente o uso dos que escrevem. Estes deveriam seguir o modelo dos ‘poetas e prosadores’. Para isso, a norma-padrão deveria ser construída tomando como referência objetiva os seus usos costumeiros, habituais, normais. Daí a importância de termos hoje bancos de dados amplamente representativos do ‘assim se escreve comumente’.

Não deixamos, igualmente, de considerar que a norma-padrão tem de ter vínculos com a normal culta, ou seja, como os usos dos falantes escolarizados e letrado em situações monitoradas. Daí a importância de darmos continuidade ao registro e à descrição da norma culta brasileira. (Faraco, Zilles, 2017, p. 120)

Faraco e Zilles (2017, p. 120) argumentam que esses vínculos são primordiais porque a gramática surgiu para orientar a escrita, mas não dão consequência ao fato de que, antes, a gramática surgiu porque havia escrita (Auroux, 1998), ampliando – em um processo de duração milenar – a contradição descrição/prescrição que nasce com o surgimento da escrita. Desde que a escrita surge objetivando um sistema de formas, esse sistema está sempre já em descompasso com o movimento da linguagem. O Estado nacional desenvolve-se nessa contradição, atrelando a ela a questão da nacionalidade: o descompasso entre a escrita e o movimento da linguagem é um risco ao imaginário de unidade da nação. A gramática não é necessária para aprender a falar, tampouco é necessária para aprender a escrever – ela surge milênios depois da escrita. A gramática é unicamente necessária para aprender a falar e a escrever a língua nacional, uma língua que sempre foi uma língua escrita, porque sem escrita não há relações contratuais de compra e venda que configuram a forma política específica do Estado nacional³⁶.

A contradição prescrição X descrição adquire a forma língua nacional X oralidade quando o surgimento desse Estado e a forja de sua língua nacional confrontam-se com culturas orais, como é o caso do Brasil. As formas da escrita estarão sempre faltando às línguas que não têm escrita. A unidade do Estado nacional (e, portanto, a uniformização da língua nacional) está em necessária contradição com a oralidade, porque são precisamente os sujeitos de línguas orais que precisam aprender a escrever a língua nacional para serem absorvidos pela violenta pacificação da unidade (“brasileiros”):

A hipótese que fazemos é que tal sistema interpela o sujeito falante que deseja incluir. O sistema de acentuação gráfica seria uma manifestação da contradição

³⁶ Essa afirmação é sustentada por uma teoria marxista do Estado (Althusser, 1985).

contida nas ações de política lingüística. Se antes o jogo lingüístico normativo envolvia apenas uma pequena parcela da nobreza e da elite cultural que já estava naturalmente “dada” para ele, agora se trata de incluir todos os falantes da língua – ágrafos que passam a existir para o sistema normativo. Na concepção clássica de língua, sabe-se que a fala é um outro que se deseja evitar e corrigir. No caso do sistema de acentos gráficos, ele teria sido pensado para um outro, analfabeto, dotado apenas do domínio da língua falada, portanto incapaz de pronunciar a língua escrita. Ele pode não ter o conhecimento do léxico contido em um texto escrito (o que seria suficiente para conhecer sua prosódia), aliás, ele não precisa ter; está pressuposto que não tem, no entanto seria capaz de ler o texto em voz alta, pronunciando corretamente as palavras. Mais que isso, tratava-se de, arrisco dizer, evitar que essa massa de analfabetos agora incluída a partir dos ideais republicanos, desvirtuassem o sistema fonológico acentual da língua.

Toda a objetividade e universalização que o sistema pretendia se vê dizendo aos novos incluídos: essa língua não é completamente sua. (Pagotto, 2007, p. 12)

A elaboração de uma norma padrão brasileira impõe à Linguística o enfrentamento de uma outra contradição constituída pela forma do Estado, a contradição unidade X racionalidade científica. Por um lado, o Estado demanda unidade, por outro, quando se ergue sob o argumento de uma objetividade científica não prescritiva, limita a ciência a uma posição contraditoriamente não-científica, porque comprometida com um a priori³⁷ (a manutenção das formas próprias da escrita, formas desde sempre). O problema está precisamente na dicotomia que funda a Linguística, a dicotomia descrição X prescrição, ou melhor, está precisamente no fato de que a Linguística surge fazendo dessa contradição uma dicotomia. Isto é, transformando essa relação em uma relação de oposição, e permitindo assim a ilusão de dissolução do conflito por uma separação (como se fosse possível separar a descrição da prescrição e vice-versa) ou por uma integração (descrever e prescrever como uma relação de completude). Nos dois casos, a Linguística repete uma posição de Estado específica. Mesmo a proposta crítica de Faraco e Zilles (2017) não consegue evitar essa repetição, porque mantém seu núcleo constitutivo: a relação entre escrita/escolarização e nacionalidade.

Compreender a relação descrição/prescrição como uma contradição (e não como dicotomia) é dar consequências à radical implicação desses elementos: descrição implica prescrição, e prescrição implica descrição:

[...] a universalização de direitos – um ideal do iluminismo – implica necessariamente a submissão de todos ao processo normativo. Assim, o que traduziria o reconhecimento pelo Estado do direito de todos produz, inevitavelmente, o efeito de exclusão, porque é norma. Qualquer norma se

³⁷ Com isso, estou assumindo que é próprio de uma postura científica a impossibilidade de fazer uma pergunta já comprometida, de partida, com um resultado (um a priori).

propõe universal e nesse gesto inclui, mas ao mesmo tempo exclui. (Pagotto, 2007, p. 1)

Prescrição e uniformização são demandas incontornáveis do Estado. Quando elege como critério de cientificidade uma atitude prescritiva em oposição a uma atitude descritiva, a Linguística impede-se, paradoxalmente, de se realizar como ciência, porque o único descolamento de uma posição específica de Estado é o trabalho da contradição prescrição X descrição, e não a desintegração que toma como ponto de partida. Para ser capaz de avançar teórica e pragmaticamente na elaboração de uma norma padrão brasileira, a Linguística precisa necessariamente confrontar-se com a evidência da relação entre língua, escrita e nacionalidade. Não se trata de um compromisso ilusório com uma língua de representação universal. Trata-se, diante da compreensão científica dessa impossibilidade, de não tomar as demandas do Estado como demandas inquestionáveis. Sem desenvolver teorias linguísticas capazes de descrever uma língua cujas formas se realizam na contradição entre a oralidade e a escrita, a Linguística permanecerá mantendo a prescrição de uma norma padrão brasileira como um impossível científico.

A discussão sobre uma norma padrão brasileira, para a qual foi convocada no último século, exige da Linguística, portanto, o enfrentamento, no mínimo, com uma teoria do Estado e uma teoria da ciência. O avançar desse problema chega, assim, necessariamente, a uma discussão epistemológica que exponha a Linguística aos seus limites e à contradição de seu objeto, a língua³⁸.

5. Considerações Finais

Neste ensaio, discutimos a reorganização da produção de conhecimentos linguísticos que se consolida no século XX a partir da fundação da universidade brasileira em 1920 e da conseqüente instalação das faculdades de Letras. Os gramáticos, que haviam começado o século XX como especialistas na prestigiosa questão da língua nacional, chegam ao fim do século sem a importância de ciência, escanteados para as páginas de jornal, onde não se sabe se as questões do idioma são lidas como noticiário ou como consulta à previsão do tempo³⁹.

³⁸ No Brasil, a Análise materialista de Discurso e a História das Ideias Linguísticas têm aberto espaço para essas discussões.

³⁹ “Mas a página de um jornal, como as rosas de Malherbe, dura apenas uma manhã de sol. E estes textos, tão bem preparados e tão densos nos ensinamentos, não podiam perder-se no arquivo da redação. Observe-se, de passagem, que foram publicados numa altura em que na imprensa brasileira já não se concedia espaço

Nessa tribuna assumida pelos gramáticos, presume-se encontrar que se espera de um “gramático tradicional”: brados em defesa da conservação da língua, vigilância implacável, tolerância zero entre o certo e o errado, e um ressentimento com a Linguística, que passou a deter as conduções da língua para o século XXI: *eles, os linguistas, agora defendem um vale-tudo!*

O trabalho com a coletânea **Na ponta da língua** surpreende. Muitas vezes, gramático e linguista não estão em posições opostas, mas, ao contrário, em posições ambíguas ou articuladas – *nós, especialistas*. Longe de um discurso imperativamente conservador, uma posição de gramático ali em funcionamento reconhece e apresenta para o leitor de jornal a mudança, a variedade e o arbítrio da eleição de um conjunto de formas como paradigma de correção – *sabemos, nós, especialistas, que é uma questão de adequação ao contexto de uso*. Aquilo que para a Linguística é um litígio, para determinada posição de gramático permanece uma aliança: “sim, vocês, linguistas, descrevem a variação da língua e, com base na ciência, nós, gramáticos, prescrevemos as normas adequadas a um padrão culto do idioma nacional”.

Trabalhando a emergência, na coletânea, de uma terceira posição – *não nós, gramáticos e linguistas, eles* –, buscamos discutir neste ensaio como o discurso que a Linguística formula para garantir seu estatuto de cientificidade homogeneiza em única posição (“gramática tradicional”) funcionamentos distintos diante da língua – uma posição prescritiva que reconhece a variação da língua e uma posição prescritiva que não faz referência à variação. O par opositivo descrição/prescrição não produz valor para determinada posição de gramático: o reconhecimento da variação pode ser negociado conforme interesse ao gramático desde que não comprometa a unidade da língua nacional. Sustentamos, dessa forma, que o traço definidor da posição do gramático é ser uma posição do Estado – realizada, na história da formação social brasileira, a partir da defesa da unidade linguística em relação a Portugal.

Defendemos, como segunda hipótese de trabalho, que, com essa homogeneização, a Linguística impede-se de confrontar-se com a questão da prescrição de uma norma padrão brasileira. Entre alianças e litígios, a única maneira de codificar uma norma padrão é pela posição do Estado – Estado burguês cujo projeto de nacionalidade mantém

para as questões do vernáculo. Com a morte do Prof. Napoleão de Almeida, que durante muito tempo no *Estado de São Paulo* manteve a coluna para dirimir dúvidas e elucidar controvérsias sobre as palavras e a gramática, terminou praticamente esse magistério que alguns jornais mantiveram durante muitos anos, cuidando das coisas o Idioma como cuidavam da ‘vária’ parlamentar, ou do noticiário da cidade, ou da previsão do tempo” (Trecho da seção de Abertura da coletânea **Na ponta da língua**).

inalteradas as dinâmicas de colonização e de escravização sobre as quais se funda. A dicotomia descrição X prescrição que a Linguística instala para garantir seu estatuto de cientificidade constrói a posição do gramático como simetricamente oposta à do linguista, conduzindo-a a replicar essa posição específica de Estado, onde se mantém inquestionada a relação entre língua, escrita e nacionalidade. Para que se possa avançar na elaboração de uma norma padrão brasileira, é preciso tomar a relação entre descrição e prescrição não como dicotomia, mas como uma contradição imposta ao mesmo tempo pela natureza da escrita e pela própria forma do Estado.

Isso significa reabrir questões fundamentais tomadas como superadas pelo consenso sobre a língua nacional: o que é uma língua? E talvez ainda mais importante: o que é a Linguística?

Link para *Preprint* (obrigatório)

Os manuscritos submetidos a *CadLin* devem ser previamente depositados em um servidor de *preprint* que suporte comentários públicos. O DOI do *preprint* para deve ser fornecido nesta seção.

Conflito de Interesse (obrigatório)

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa (obrigatório)

Confirmamos a avaliação dos roteiros Equator Network, e não houve relevância na aplicação dos modelos disponibilizados.

Declaração de Disponibilidade de Dados (obrigatório)

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Fontes de financiamento (se aplicável)

Pesquisa derivada de processo de doutoramento realizado com bolsa CNPq.

Referências:

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAGNO, M. Língua, história & sociedade: Breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, M. (org.) **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola,

2012.

BALDINI, L. A NGB e a autoria no discurso gramatical. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 97–107, 1998.

DOI: [10.20396/lil.v1i1.8673500](https://doi.org/10.20396/lil.v1i1.8673500). Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8673500>. Acesso

em: 4 jun. 2025.

BATTISTI, E. Maria Helena de Moura Neves (31 de janeiro de 1931- 17 de dezembro de 2022) *In Memoriam*. **Lingüística**, Montevideo, v. 39, n. 1, p. 185-189, jun. 2023.

Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2023000100185&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2024.

CONSELHO Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior. **Parecer nº 492/2001, de 03/04/01**. [Brasília]: Ministério da Educação, 2001.

COSTA, A. G. da. Abertura. *In*: ELIA, S. *et al.* (orgs.) **Na ponta da língua**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português: Lucerna, 1998. v. 1.

COSTA, T. de A. da; FARIA, M. M. de. Said Ali pelas lentes de Evanildo Bechara: entrevista concedida a Thais de Araujo da Costa em 30/6/2021. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 334–348, 2022. DOI: [10.20396/lil.v25i49.8669165](https://doi.org/10.20396/lil.v25i49.8669165). Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8669165>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CUNHA, A. F. da; COSTA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. Linguística. *In*: MARTELOTTA, M. E. (org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2022.

ELIA, S. *et al.* (orgs.) **Na ponta da língua**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português: Lucerna, 1998. v. 1.

ELIA, S. *et al.* (orgs.) **Na ponta da língua**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português: Lucerna, 2002. v. 4.

ELIA, S. *et al.* (orgs.) **Na ponta da língua**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português: Lucerna, 2003. v. 5.

ELIA, S. *et al.* (orgs.) **Na ponta da língua**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português: Lucerna, 2005. v. 7.

FARACO; C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO; C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FARIAS, W. S. de. As gramáticas dos linguistas no Brasil: efeitos de sentido polêmicos sobre a língua a re-conhecer. **Linguagem em (Dis)curso**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 105–122, jan. 2014.

FLORES, V. do N. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. São Paulo: Parábola, 2017.

FIORIN, J. L. A criação dos cursos de letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. **Línguas & Letras**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 11–25, 2000. DOI: 10.5935/rl&l.v7i12.887. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/887>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FIORIN, J. L. Prefácio. In: FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 7-10.

GUIMARÃES, E. Os estudos da significação no Brasil: uma história entre o natural e o histórico no século XIX. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 3, n. 4/5, p. 7–18, 2000. DOI: 10.20396/lil.v4i4/5.8661938. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661938>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LAJOLO, M. No jardim das letras, o pomo da discórdia. In: **BOLETIM** ¾. Porto Alegre: Associação de Leitura do Brasil/Sul, 1988. p. 10-27.

LEBLER, C. D. C. Contornos da formação de professores de Letras no Brasil: uma análise segundo dados do Censo da Educação Superior. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 23, n. 3, p. 128-149, setembro-dezembro de 2022. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/index> Acesso em: 23 out. 2024.

LEITE, M. Q. **O nascimento da gramática portuguesa**. Uso & Norma. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2007.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Sousa. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NETO, A. T.; SOUZA DE PAULA, W. M. O lugar das normas gramaticais e das práticas de análise gramatical no ensino básico e na formação dos professores de língua portuguesa no Brasil. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, [s. l.], n. 40, p. 93–117, 2021. DOI: 10.31492.2184-2043.RILP2021.40/pp.93-117. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/271>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PAGOTTO, E. G. A Nobreza da Língua e da Nação: o trabalho de Fernão de Oliveira e a constituição da Gramática no Brasil. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFER, C. R. C.; AVELAR, J. (orgs.). **Fernão de Oliveira - Um Gramático na História**. Campinas: Pontes, 2009. v. 1. p. 129-144.

PAGOTTO, E. G. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. **Revista Letra**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 19-30, 2013.

PAGOTTO, E. G. Gramatização e Normatização: Entre o Discurso Polêmico e o Científico. In: **História das Ideias Linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP; Cárceres, MT: Pontes Editores; Unemat Editora, 2001. p. 39–58.

PAGOTTO, E. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 49–68, 1998. DOI: 10.20396/lil.v2i2.8663583. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8663583>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PAGOTTO, E. G. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. *In*: ORLANDI, Eni Punnicelli (org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 35-51.

PAGOTTO, E. G. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. *In*: D. Callou e A. Barbosa (orgs.) **A norma brasileira em construção: Cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)**. UFRJ/Fundação Casa de Rui Barbosa/Quartet Editora, Rio de Janeiro, 2011.

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. *In*: FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 11-24.

PFEIFFER, C. C.; SILVA, M. V. da. Estado, Ciência, Sociedade: por entre línguas e teorias. **Letras**, [s. l.], n. 48, p. 87–113, 2014. DOI: 10.5902/2176148514426. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14426>. Acesso em: 22 mar. 2024.

ORLANDI, E. **O que é linguística?** São Paulo: Brasiliense, 2013.

SOUZA, R. A. de. Os cursos de Letras no Brasil: passado, presente e perspectivas. **Opiniões**, [s. l.], v. 3, n. 4-5, p. 13-26, 2016. DOI: 10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2014.114864. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/114864>. Acesso em: 1 mar. 2024.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.